

OBJETIVO	Reunião do Comitê de Priorização do 1º Grau Resolução CNJ n. 194/2014 e do Comitê Orçamentário do 1º Grau
DATA	21/10/2019 (13h às 14h:45min)
LOCAL	Auditório do TRT da 12ª Região
COORDENAÇÃO DA REUNIÃO	Juiz Auxiliar da Presidência
PROAD Nº	5730/2014

PRESENTES	
NOME	ÁREA
Dr. Marcel Luciano Higuchi Viegas dos Santos	Juiz Auxiliar da Presidência Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Dr. José Carlos Kulzer	Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA12
Adriana Maria Ramos	Servidora representando o SINTRAJUSC
Milena Letícia Anesi	Servidora da 2ª VT de Balneário Camboriú Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Ricardo Ganzo Weickert Caldas	Secretário-Geral da Presidência Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Ana Paula Volpato Wronski	Diretora-Geral da Secretaria Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Anelise Aguiar Flores	Representando a Secretaria da Corregedoria
Vanessa Gesser de Miranda	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Dilcionir José Furlan	Assessor da Desembargadora do Trabalho Maria de Lourdes Leiria (Eleita Presidente para o próximo biênio)
Alcino Ecker Júnior	Assessor do Desembargador do Trabalho Amarildo Carlos de Lima (Eleito Corregedor para o próximo Biênio)
Marco Antonio Bazeggio	Diretor do Serviço de Estatística e Pesquisa

Ricardo Hideki Nonaka	Serviço de Estatística e Pesquisa
Marcelo Borrini Moretto	Diretor do Serviço de Gestão de Processos
Fabio Peters Sabino	Servidor do Serviço de Gestão de Processos

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	
NOME	ÁREA
Dr. Narbal Antônio de Mendonça Fileti	Juiz Titular da 2ª VT de Tubarão Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau
Dra. Magda Eliete Fernandes	Juíza Titular da 3ª VT de São José Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau

ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

A reunião teve como pauta:

1. Notícias sobre o grupo de trabalho criado pelo CSJT para padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho.
2. Alteração dos membros do Comitê diante do previsto na Resolução CNJ n. 283 de 28/8/2019 (nova Resolução CNJ n. 194/2016)
3. Boletim automatizado dos Oficiais de Justiça
4. Demandas dos Oficiais de Justiça - Lotação Paradigma
5. Funções comissionadas do primeiro grau
6. Reposição de aposentadorias
7. Levantamento de demandas do 1º Grau para proposta orçamentária 2020
8. Assuntos Gerais

Abertura

A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica - SEGEST, Fernanda Gomes Ferreira, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Diante do período de transição administrativa e considerando a presença dos servidores que farão parte da nova Gestão, foi feita breve contextualização a respeito da reunião do Comitê de Priorização do 1º Grau, do Comitê Orçamentário do 1º Grau e da forma participativa para definição das pautas. Também foi destacado que o Comitê de Priorização do 1º Grau é independente e que a Secretaria de Gestão Estratégica atua para operacionalizar os encontros, sendo as reuniões normalmente marcadas no mesmo dia da RAE para otimizar os deslocamentos já que alguns participantes atuam fora da Capital.

- 1. Notícias sobre o grupo de trabalho criado pelo CSJT para padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho**

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, Vanessa Gesser de Miranda, comunicou a todos que foi designada, por meio do [Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG 28/2019](#), como membro do Grupo de Trabalho de que trata o art. 2º do [Ato CSJT.GP.SG nº 92/2019](#), com o objetivo de atualizar os estudos acerca da padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Informou que a primeira reunião do Grupo de Trabalho foi realizada no dia 8 de outubro, no TST, em Brasília. O encontro tratou, entre outros temas, do impacto do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas rotinas de trabalho, da eficiência e da eficácia da prestação jurisdicional e da limitação orçamentária para a renovação do quadro de servidores.

O grupo de trabalho voltou a se reunir nos dias 17 e 18 de outubro. Entre os temas da pauta constou a definição de equipes para analisar, separadamente, o primeiro e o segundo graus e a coordenação metodológica. A Diretora da SGP fará parte da equipe que analisará o segundo grau.

Informou ainda que, apesar de ainda não haver nenhuma definição, os estudos deverão ser transparentes, sendo qualquer novidade divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho. Com vistas a tornar o processo participativo, o Grupo Nacional deverá realizar consultas ao Coleprecor.

O Exmo. Juiz do Trabalho, Dr. José Carlos Kulzer, representando a Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA12, registrou que, na sua opinião, a formação do grupo de trabalho pelo CSJT indica que a Justiça Trabalhista está se adequando à nova realidade, além de minimizar a falta de equalização da carga de trabalho entre as unidades, na sua opinião, um dos problemas do TRT Catarinense. Acredita que, se os estudos resultarem em maior valorização do 1º Grau, com maior suporte à assessoria dos magistrados e com estruturas compatíveis ao volume processual e ao processo eletrônico, a ANAMATRA deverá apoiar.

Vanessa informou que estas preocupações como a equalização da carga de trabalho estão sendo consideradas pelo Grupo, envolvendo debates em torno da otimização e uniformização dos processos de trabalho, sem prejuízo da autonomia judicial, formas de organização do trabalho, utilização do trabalho remoto, entre outras possibilidades. Informou também que a Desembargadora do Trabalho do TRT da 2ª Região, Jane Granzotto Torres da Silva, se interessou pela estrutura de apoio às Turmas do nosso Regional e deverá realizar visita a este Regional em novembro de 2019.

Fernanda informou que a SEGEST/SEGEPRO tem projeto em andamento para o levantamento dos processos de trabalho de prestação jurisdicional no 1º Grau. Também sinalizou que será feita atualização dos processos de trabalho da Turmas, já mapeados por ocasião da reestruturação, especialmente diante do elevado número de aposentadorias e de uma possível reorganização do fluxo de trabalho, o que ajudará no alinhamento e apresentação para magistrada que coordena o grupo do CSJT - 2º Grau.

Sugestão de encaminhamentos: O Comitê continuará acompanhando os estudos do grupo de trabalho.

2. Alteração dos membros do Comitê diante do previsto na Resolução CNJ 283/2019 (nova Resolução CNJ n. 194/2016)

A Diretora da SEGEST comunicou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da [Resolução CNJ 283/2019](#), alterou a [Resolução CNJ 194/2014](#) que trata da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.

As alterações estão centradas basicamente na quantidade de membros dos Comitês Gestores Regionais, garantindo a paridade entre representantes das duas instâncias, no prazo dos mandatos dos membros e no calendário de reuniões do Comitê e na transparência das ações.

As alterações previstas no Ato Normativo exigirão mudanças na formação do Comitê Gestor Regional do TRT-12ª Região e no regramento que o institui, [Portaria PRESI 252/2016](#) e [Portaria PRESI 81/2018](#).

Além disso, há necessidade de reposição da servidora Andrea (Diretora da 4ª VT de Florianópolis), membro dos Comitês, em virtude de sua aposentadoria.

Iniciados os debates, foi consenso que o processo de seleção dos membros do Comitê é demorado e que seria interessante iniciá-lo para que o mandato coincida com a nova Administração. Também se levou em conta o momento de transição Administrativa e o fato de que muitos membros são escolhidos por eleição, sem interferência da Presidência do Tribunal.

Sugestão de encaminhamento: O Comitê sugere que seja dado início aos procedimentos para a seleção de magistrados e servidores para a composição dos membros do Comitê Gestor Regional, a fim de possibilitar que os mandatos dos membros do mencionado Comitê coincidam com o mandato da nova Administração do Tribunal. O Comitê sugere que o processo seja homologado pela nova Presidência.

3. Informar sobre o andamento das demandas dos Oficiais de Justiça - Boletim Automatizado

Marco Antonio Bazeggio, Diretor do Serviço de Estatística e Pesquisa, informou que o Boletim de Oficial de Justiça foi homologado pelos Oficiais de Justiça integrantes do projeto, o que permitiria sua implementação. Foi constatada que a nova versão do PJe não supriu parcela das limitações apontadas, em reunião anterior, para implantação do boletim automatizado: registro da complexidade dos mandados e registro da quantidade de diligências por mandado. A nova versão do PJe passou a permitir o registro da data de conclusão para todos os tipos de resultado de diligência, o que repercute positivamente no cálculo do prazo médio.

Há necessidade de definir se basta o boletim automatizado sem essa informação ou se ainda fica mantido o boletim manual. Observa-se que há pedido de servidor para não preencher o boletim manual.

Além disso, informou que foram definidos critérios para lotação dos oficiais de Justiça.

Sugestão de encaminhamentos: O Comitê sugere tratar do tema em reunião específica com a presença dos Oficiais de Justiça que participaram das reuniões iniciais e dos trabalhos de análises dos boletins.

4. Informar sobre o andamento das demandas dos Oficiais de Justiça - Lotação Paradigma

Marco Antonio Bazeggio, Diretor Serviço de Estatística e Pesquisa, apresentou as conclusões dos estudos realizados em conjunto com os Oficiais de Justiça. Entendeu-se, após diversas análises, que a criação de grupo único para todas as unidades é mais adequada para fins do cálculo da lotação paradigma. Conclui-se, também, que o indicador de apoio desenvolvido nos estudos, com nome a ser definido, poderá servir de subsídio a Comissão de Remoção nos casos de priorização da alocação de eventuais cargos vagos.

Sugestão de encaminhamentos: O Comitê sugere aprofundar os estudos estatísticos levando em consideração o período de 10 anos para amenizar discrepâncias, realizar simulações estatísticas para verificar se os valores são próximos de resultados reais. Após a conclusão, os estudos devem ser apresentados em reunião específica com a presença dos Oficiais de Justiça que participaram das reuniões iniciais e dos trabalhos de análises dos boletins

5. Debater alternativas para repasse das funções comissionadas para o primeiro grau (Repasse orçamentário equivalente a 20 FC-02)

A Diretora da SEGEST lembrou aos presentes que houve acordo inicial para a Administração utilizar os recursos das reestruturações das áreas de apoio, iniciado na gestão anterior, para criação dos CEJUSCs ao invés de completar as FC-02 nas unidades de primeiro grau. Foram criados 13 Centros de Conciliação com FC-05, havendo também lotação adicional, em algumas unidades de novos servidores. Foram, ainda, disponibilizadas ao primeiro grau na atual Gestão, 10 FC-02.

Foi informado que, com a criação dos 13 CEJUSC, com a disponibilização das 40 FC-02 e do deslocamento das funções comissionadas do 2º para o 1º grau (apoio na sede), o Tribunal repassou orçamento superior ao inicialmente acordado. A tabela a seguir evidencia o valor disponibilizado ao primeiro grau:

RESUMO DO REPASSE ORÇAMENTÁRIO PARA O 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

TOTAL DE 60 FC-02 (montante do acordo)	Total repassado para o 1º grau		Total repassado (a mais) para o 1º grau
R\$ 71.103,00	R\$ 111.691,23		R\$ 40.588,23
	Total repassado para o 1º grau (VTs)	Total deslocado do 2º p/ 1º grau (apoio sede)	
	R\$ 93.971,89	R\$ 17.719,34	

Também foi mencionado na última reunião do Comitê que as funções para o primeiro grau deveriam ser repensadas, inclusive como estratégia para o trabalho remoto em função das aposentadorias que não estão sendo repostas por questões orçamentárias e, também, do impacto diferenciado da reforma trabalhista no Estado.

Foi também informado que o Tribunal está com outras reestruturações em andamento, não havendo atualmente função comissionada para disponibilização.

Da mesma forma, foi destacado que o Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG n. 13/2019, além de encaminhar cópia do Ato CSJT.GP.SG n. 92/2019 e do Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG n. 28/2019, solicita que, caso o Tribunal já possua estudos acerca da padronização da estrutura organizacional e de pessoal, não delibere por sua implantação, por ora, e ofereça como subsídio ao referido grupo de trabalho, a fim de contribuir para uma solução padronizada para toda a JT. Os documentos citados estão formalizados no [PROAD 11289/2019](#).

O Presidente da AMATRA12 apresentou a demanda das Varas do Trabalho de Florianópolis que consideram importante o recebimento das FC-02 com argumento de que a função comissionada evita interesse de remoção para o 2º Grau.

A SEGEST lembrou, conforme quadro anexo, que a concessão das funções comissionadas FC-02 levaram em conta o volume processual pela Resolução CSJT n. 63/2010 e, também, as varas únicas, já que os foros seriam atendidos com a FC-05 dos CEJUSC.

O Comitê entendeu, seguindo a lógica da concessão, que o atendimento de Florianópolis poderia preterir algumas unidades.

O Comitê também debateu o tema considerando outras variáveis como a posse da nova Administração que pode ter outras prioridades, estudos sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho e mudança da estatística no início do ano de 2020 que pode modificar os valores a serem repassados ao primeiro grau, uma vez que há tendência de crescimento processual no 2º Grau.

Ao final, considerando que não há funções comissionadas disponíveis o Comitê entendeu que o tema, por ora, perdeu o objeto.

6. Debater alternativas para reposição de aposentadorias

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP informou os quantitativos de cargos vagos decorrentes de aposentadorias, além da quantidade de servidores que já possuem os requisitos para se aposentar e daqueles que devem implementá-los até o final do corrente ano.

Sugestão de encaminhamento: O Comitê sugere aprofundar os debates buscando alternativas para apresentação para a nova Administração e/ou aguardar estudos do CSJT.

7. Levantamento de demandas do 1ª Grau para proposta orçamentárias 2020

Foi apresentada a situação orçamentária atual ao 1ª Grau - execução (divisão 1º e 2º Grau) e perspectivas para 2020.

Link: [Transparência - Resolução CNJ-195/2014](#)

O Comitê não tem demanda orçamentária específica.

O Presidente da AMATRA12 registrou a importância, ante as restrições orçamentárias, de se repensar os espaços físicos, otimizando os usos. Citou que a redução do quadro de servidores e o processo eletrônico possibilitam rever as unidades com transferência de áreas para outros prédios próprios. Citou, especificamente, que o prédio de São José pode abrigar áreas administrativas e que há necessidade de mudança do prédio da Rio Branco em função do expressivo valor do aluguel.

Também mencionou que a manutenção dos estagiários é uma demanda importante para o primeiro grau.

Sugestão de encaminhamento: apresentar demanda mencionada pelo representante da AMATRA12 para futura Administração.

8. Assuntos Gerais

O Exmo. Juiz do Trabalho, Dr. José Carlos Kulzer, representando a Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA12, sugeriu, no caso de não haver possibilidade de estagiário em todas as unidades, que o critério utilizado seja a movimentação processual.

O servidor Furlan, futuro Diretor-Geral da Secretaria, informou que o assunto está sendo tratado com prioridade.

Encerramento

Não havendo mais manifestações e demandas do Comitê de Priorização do 1º Grau e do Comitê Orçamentário do 1º Grau, a reunião foi encerrada pelo Juiz Auxiliar da Presidência.

FECHAMENTO DA ATA		
DATA	NOME DO REDATOR	RAMAL
23/10/2019	Marcelo Borrini Moretto	4401

QUADRO ANEXO

Resumo da concessão das funções comissionadas FC-02 para o 1º Grau

Legenda:										
30 VTs que receberam FC-02										
10 VTs que receberam FC-02										
20 VTs restantes										
VARAS DO TRABALHO										
AÇÕES RECEBIDAS NA FASE DE CONHECIMENTO E AÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS DE 2015 A 2017, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CSJT 63/2010*.										
Classificação Res.63	VARAS DO TRABALHO	QTDE. SERVIDORES SEM FC	CJ-03	CJ-01	FC-05	FC-04	FC-02	TOTAL DE CJ/FC	MÉDIA VT (2015 A 2017)	FAIXA PROCESSUAL (2015 A 2017)
1	Xanxerê	5	1	1	1	4	3	10	2.323	2.001a2.500
2	Videira	2	1	1	1	4	2	9	2.168	2.001a2.500
3	1º Bal. Camboriú	4	1	1	1	4	2	9	2.127	2.001a2.500
4	2º Bal. Camboriú	6	1	1	1	4	2	9	2.079	2.001a2.500
5	Navegantes	4	1	1	1	4	2	9	1.950	1.501a2.000
6	Joaçaba	2	1	1	1	4	2	9	1.949	1.501a2.000
7	Palhoça	6	1	1	1	4	2	9	1.926	1.501a2.000
8	São Bento do Sul	2	1	1	1	4	2	9	1.849	1.501a2.000
9	5ª Joinville	1	1	1	1	4	2	9	1.784	1.501a2.000
10	Concórdia	3	1	1	1	4	2	9	1.777	1.501a2.000
11	1ª Joinville	3	1	1	1	4	2	9	1.762	1.501a2.000
12	3ª Joinville	4	1	1	1	4	2	9	1.758	1.501a2.000
13	4ª Joinville	3	1	1	1	4	2	9	1.757	1.501a2.000
14	2ª Joinville	2	1	1	1	4	2	9	1.756	1.501a2.000
15	1ª Itajaí	3	1	1	1	4	2	9	1.698	1.501a2.000
16	2ª Itajaí	1	1	1	1	4	2	9	1.698	1.501a2.000
17	3ª Itajaí	2	1	1	1	4	2	9	1.696	1.501a2.000
18	4ª Chapecó	1	1	1	1	4	2	9	1.644	1.501a2.000
19	2ª Blumenau	3	1	1	1	4	2	9	1.637	1.501a2.000
20	1ª Blumenau	2	1	1	1	4	2	9	1.629	1.501a2.000
21	3ª Blumenau	3	1	1	1	4	2	9	1.627	1.501a2.000
22	4ª Blumenau	3	1	1	1	4	2	9	1.626	1.501a2.000
23	3ª Chapecó	1	1	1	1	4	2	9	1.622	1.501a2.000
24	Mafra	3	1	1	1	4	2	9	1.601	1.501a2.000
25	1ª Jaraguá do Sul	3	1	1	1	4	2	9	1.592	1.501a2.000
26	2ª Jaraguá do Sul	2	1	1	1	4	2	9	1.590	1.501a2.000
27	2ª Chapecó	1	1	1	1	4	2	9	1.570	1.501a2.000
28	1ª Chapecó	1	1	1	1	4	2	9	1.566	1.501a2.000
29	3ª Lages	1	1	1	1	4	2	9	1.499	1.001a1.500
30	Canoinhas	2	1	1	1	4	2	9	1.444	1.001a1.500
31	2ª Brusque	2	1	1	1	4	2	9	1.684	1.501a2.000
32	2ª Rio do Sul	2	1	1	1	4	2	9	1.627	1.501a2.000
33	1ª Rio do Sul	2	1	1	1	4	2	9	1.627	1.501a2.000
34	São Miguel do Oeste	2	1	1	1	4	2	9	1.477	1.001a1.500
35	Araranguá	2	1	1	1	4	2	9	1.423	1.001a1.500
36	Imbituba	1	1	1	1	4	2	9	1.317	1.001a1.500
37	Indaial	2	1	1	1	4	2	9	1.298	1.001a1.500
38	Caçador	0	1	1	1	4	2	9	1.175	1.001a1.500
39	Timbó	1	1	1	1	4	2	9	1.159	1.001a1.500
40	Curitibanos	0	1	1	1	4	0	7	708	501a750

Legenda:

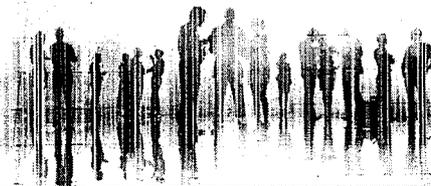
	30 VTs que receberam FC-02
	10 VTs que receberam FC-02
	20 VTs restantes

VARAS DO TRABALHO
 AÇÕES RECEBIDAS NA FASE DE CONHECIMENTO E AÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS DE 2015 A 2017,
 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CSJT 63/2010*.

Classificação Res.63	VARAS DO TRABALHO	QTDE. SERVIDORES SEM FC	CJ-03	CJ-01	FC-05	FC-04	FC-02	TOTAL DE CJ/FC	MÉDIA VT (2015 A 2017)	FAIXA PROCESSUAL (2015 A 2017)
41	2ª Florianópolis	2	1	1	1	4	1	8	1.576	De 1.501 a 2.000
42	7ª Florianópolis	3	1	1	1	4	1	8	1.540	De 1.501 a 2.000
43	2ª São José	2	1	1	1	4	1	8	1.537	De 1.501 a 2.000
44	5ª Florianópolis	3	1	1	1	4	1	8	1.537	De 1.501 a 2.000
45	4ª Florianópolis	3	1	1	1	4	1	8	1.518	De 1.501 a 2.000
46	6ª Florianópolis	3	1	1	1	4	1	8	1.511	De 1.501 a 2.000
47	1ª São José	3	1	1	1	4	1	8	1.501	De 1.501 a 2.000
48	3ª São José	3	1	1	1	4	1	8	1.497	De 1.001 a 1.500
49	3ª Criciúma	2	1	1	1	4	1	8	1.487	De 1.001 a 1.500
50	1ª Florianópolis	2	1	1	1	4	1	8	1.487	De 1.001 a 1.500
51	2ª Criciúma	4	1	1	1	4	1	8	1.473	De 1.001 a 1.500
52	1ª Criciúma	1	1	1	1	4	1	8	1.472	De 1.001 a 1.500
53	4ª Criciúma	2	1	1	1	4	1	8	1.470	De 1.001 a 1.500
54	1ª Tubarão	1	1	1	1	4	1	8	1.450	De 1.001 a 1.500
55	2ª Tubarão	0	1	1	1	4	1	8	1.430	De 1.001 a 1.500
56	3ª Florianópolis	2	1	1	1	4	1	8	1.370	De 1.001 a 1.500
57	2ª Lages	2	1	1	1	4	1	8	1.295	De 1.001 a 1.500
58	1ª Brusque	3	1	1	1	4	1	8	1.233	De 1.001 a 1.500
59	1ª Lages	2	1	1	1	4	1	8	1.179	De 1.001 a 1.500
60	Fraiburgo	0	1	1	1	4	0	7	816	De 751 a 1.000
61	TOTAL	136	60	60	60	240	98	518		

Observações:

2 FCs de Curitiba à disposição, sendo 01 para a VT de Xanxerê e 01 para o SECAJ.
 1 FC de Fraiburgo à disposição do SEGED.



EVENTO: Reunião do Comitê de Priorização do 1º Grau e do Comitê Orçamentário de 1º Grau

Data: 21/10/2019

Horário: 13h às 14h45min

Local: Auditório do Tribunal

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME	UNIDADE	ASSINATURA
1	Dr. Marcel Luciano Higuchi Viegas Dos Santos	Juiz Auxiliar da Presidência Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
2	Dra. Magda Eliete Fernandes	Juiza Titular da 3ª VT de São José Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
3	Dr. Narbal Antônio de Mendonça Fileti	Juiz Titular da 2ª VT de Tubarão Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
4	Dr. José Carlos Kulzer	Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA 12	
5	Adriana Maria Ramos	Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC	
6	Milena Leticia Anesi	Servidora da 2ª VT de Balneário Camboriú Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
7	Ricardo Ganzo Weickert Caldas	Secretário-Geral da Presidência Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
8	Ana Paula Volpato Wronski	Diretora-Geral da Secretaria Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
9	Natália da Costa	Secretária da Corregedoria Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
10	Vanessa Gesser de Miranda	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
11	Fernanda Gomes Ferreira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau Membro do Comitê Orçamentário do 1º Grau	
12	Marcelo Borrini Moretto	Serviço de Gestão de Processos - SEGEPRO	
13	Fabio Peters Sabino	Serviço de Gestão de Processos - SEGEPRO	

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
 Juntos fazemos melhor!



Nº	NOME	UNIDADE	ASSINATURA
14	Alcino ECKEN Sn.	GD-ACL	
15	Ricardo Hideki Nonaka	SEESTP	
16	Marco Antonio Bazzeglio	SEESTP	
17	Helviana J.	BDMILL	
18	ANELISE A. FLORES	SECOR	aaaf.
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			